

SUMÁRIO

Capítulo I

Fontes e integração. Princípios do processo do trabalho	43
1. Fontes e integração	43
2. Eficácia da Norma Processual no Tempo e no Espaço	45
2.1. Eficácia no tempo	45
2.1.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Traba-	
lhista)	48
2.1.1.1. Recursos	50
2.2. Eficácia no espaço	51
3. Princípios	51
3.1. Introdução	51
3.2. Princípios do processo do trabalho	52
3.2.1. Princípio da proteção	52
3.2.2. Princípio da conciliação	52
3.2.3. Princípio do <i>jus postulandi</i>	53
3.2.4. Princípio da oralidade	54
3.2.5. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões inter-	
locutórias	54
3.2.6. Princípio da extrapetição	55
3.2.7. Princípio da simplicidade	56
3.3. Princípios do Código de Processo Civil	56
3.3.1. Princípio da primazia da decisão de mérito	56

3.3.2. Princípio da cooperação	56
3.3.3. Princípio da boa-fé	57
3.4. Outros princípios processuais	57
3.4.1. Princípio dispositivo	57
3.4.2. Princípio inquisitivo	58
3.4.3. Princípio do duplo grau de jurisdição	58
3.4.4. Princípio da instrumentalidade das formas	58
3.4.5. Princípio da preclusão	59

Capítulo II

Organização da Justiça do Trabalho	61
1. Introdução	61
2. Tribunal Superior do Trabalho	62
3. Tribunais Regionais do Trabalho	65
4. Juízes do trabalho	67
5. Ingresso na carreira	68
6. Garantias dos juízes	68
7. Vedações dos juízes	69
8. Deveres e poderes dos juízes	70
9. “Juízo 100% Digital”	71
10. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	72
10.1. Secretarias das varas do trabalho	72
10.2. Secretarias dos tribunais	74
10.3. Serviços de distribuição de feitos	74
10.4. Oficiais de justiça avaliadores	76

Capítulo III

Ministério Público do Trabalho	77
1. Ministério público: conceito	77
2. Organização	77
3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	78
4. Princípios institucionais	80
4.1. Unidade	80
4.2. Indivisibilidade	81
4.3. Independência funcional	81
4.4. Promotor natural	81

5. Atribuições do ministério público do trabalho	81
6. Interesses e direitos metaindividuais tutelados pelo Ministério Público	83

Capítulo IV

Formas de solução de conflitos e jurisdição	85
1. Formas de solução de conflitos	85
2. Formas consensuais de solução de conflitos (autocomposição)	86
2.1. Mediação e Conciliação	86
2.2. Comissão de Conciliação Prévia	88
2.2.1. Introdução	88
2.2.2. Composição da Comissão de Conciliação Prévia Criada em Âmbito da Empresa	88
2.2.3. Necessidade de Submeter a Demanda à Comissão de Conciliação Prévia	89
2.2.4. Consequências da Conciliação Firmada Perante a CCP	90
2.3. Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial	91
3. Arbitragem	91
4. Jurisdição	92
4.1. Jurisdição voluntária	92
4.2. Jurisdição voluntária no processo do trabalho	92
4.3. Procedimento da homologação de acordo extrajudicial	93
4.3.1. Petição conjunta	93
4.3.2. Representação por advogado	93
4.3.3. Prazo para analisar o acordo extrajudicial	94
4.3.4. Realização de audiência	94
4.3.5. Sentença	94
4.3.6. Requisitos do acordo extrajudicial	95
4.3.6.1. Transação	95
4.3.6.2. Observância do prazo para pagamento das verbas rescisórias	95
4.3.6.3. Parcelas alcançadas pelo acordo extrajudicial (quitação geral do contrato de trabalho)	96
4.3.7. Suspensão e retorno da contagem do prazo prescricional	97

3.6.2.	<i>Habeas Corpus</i>	120
3.6.3.	<i>Habeas Data</i>	121
3.7.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	122
3.8.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho	123
3.9.	Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir	124
3.10.	Outras competências da Justiça do Trabalho	126
3.11.	Ações envolvendo o meio ambiente do trabalho	126
3.12.	Competência normativa	126
4.	Competência funcional	127
5.	Competência em razão do lugar (territorial)	128
5.1.	Local da prestação dos serviços	129
5.1.1.	Prestação de serviços em diversas localidades	129
5.2.	Agente ou viajante comercial	130
5.3.	Empregado brasileiro que trabalha no exterior	130
5.4.	Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato	131
5.5.	Competência Territorial na Ação Civil Pública	132
5.6.	Foro de eleição	133
6.	Conflitos de competência	134

Capítulo VI

Partes e procuradores no processo do trabalho		137
1.	Conceito	137
2.	Capacidade de ser parte	138
3.	Capacidade processual	138
3.1.	Representação	139
3.1.1.	Incapazes	139
3.1.2.	Representação das pessoas jurídicas	141
3.1.3.	Representação em audiência	142
4.	Capacidade postulatória e o <i>jus postulandi</i>	145
5.	Representação por advogado	147
5.1.	Substabelecimento	148
5.2.	Condições de validade do mandato e do substabelecimento	149
5.3.	Mandato tácito	150

5.4. Estagiário	152
5.5. Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	152
5.6. Regularização da representação	154
6. Honorários advocatícios	156
7. Benefício da justiça gratuita	160
7.1. Conceito	160
7.2. Características do benefício da justiça gratuita	160
7.3. Sujeitos beneficiários	163
7.4. Abrangência da gratuidade	164
7.5. Concessão parcial da gratuidade e parcelamento	165
8. Litisconsórcio	165
8.1. Esquema das classificações dos litisconsórcios	169
9. Substituição processual	170
10. Sucessão processual	171
11. Deveres das partes e daqueles que participam do processo	173
12. Litigância de má-fé	174
12.1. Beneficiário da justiça gratuita	175
13. Assédio processual	175
14. Chamamento à Autoria no Fato do Príncipe	177
14.1. Procedimento	178
14.2. Coronavírus e fato do príncipe	178

Capítulo VII

Atos processuais	181
1. Introdução	181
2. Comunicação dos atos processuais	183
2.1. Formas de citação	183
2.2. Formas de intimação	188
3. Prazos processuais	190
3.1. Princípios dos prazos processuais	192
3.2. Contagem dos prazos processuais	192
3.2.1. Contagem em dias úteis	194
3.2.2. Início da contagem quando marcada audiência de julgamento	194
3.2.3. Contagem dos prazos no processo eletrônico	195
3.2.4. Interrupção e suspensão	196

3.2.4.1. Recesso forense	197
3.3. Prazos diferenciados	198
3.4. Principais prazos processuais	200
4. Despesas processuais	201
4.1. Custas processuais	202
4.1.1. Valor das custas processuais	202
4.1.2. Responsabilidade pelo pagamento das custas	204
4.1.3. Momento do recolhimento das custas	204
4.1.4. Isentos do pagamento das custas	205
4.2. Valor dos emolumentos	206
4.3. Honorários periciais	206
5. Negócio jurídico processual	208

Capítulo VIII

<i>Nulidades processuais</i>	211
1. Vícios processuais: classificação	211
2. Princípios das nulidades processuais	212
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo)	212
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão	213
2.3. Princípio da economia processual	214
2.4. Princípio do interesse	214
2.5. Princípio da utilidade	214
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas	215
3. Quadro resumido	215

Capítulo IX

<i>Petição inicial</i>	217
1. Formas de reclamação	217
2. Requisitos da petição inicial	218
2.1. Causa de pedir (breve exposição dos fatos)	219
2.2. Pedido	219
2.2.1. Requisitos do pedido	220
2.2.2. Cumulação de pedidos	221
3. Aditamento e emenda da petição inicial	223
4. Indeferimento da petição inicial	224
4.1. Recurso da decisão que indefere liminarmente a petição inicial ..	226

5. Improcedência liminar do pedido	226
6. Desistência da reclamação	228
6.1. Desistência de questão idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia	228

Capítulo X

Audiências	231
1. Generalidades	231
2. Atraso na audiência	234
3. Fracionamento da audiência	235
4. Comparecimento das partes	235
4.1. Representação do empregador pelo gerente ou preposto	236
4.2. Ausência do reclamante	237
4.3. Ausência do reclamado	239
4.3.1. Pessoa jurídica de direito público	240
4.3.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada	240
4.4. Comparecimento na audiência inaugural e não pagamento das verbas rescisórias incontroversas	243
5. Suspensão da audiência	243
6. Audiência telepresencial e por videoconferência	244
6.1. Distinção	244
6.2. Audiência por videoconferência	245
6.3. Audiência telepresencial	248
6.4. Regras comuns	249
6.5. Sustentação oral	250
7. Acordo judicial	251

Capítulo XI

Resposta do Réu	255
1. Introdução	255
2. Contestação	257
2.1. Defesas processuais	257
2.1.1. Incompetência relativa	258
2.1.2. Legitimidade	258
2.2. Defesas de mérito	259

2.2.1.	Compensação x dedução x retenção	261
2.3.	Princípios	262
2.3.1.	Princípio da impugnação específica	262
2.3.2.	Princípio da eventualidade	263
2.4.	Revelia	263
2.4.1.	Não produção dos efeitos da revelia	264
2.4.2.	Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada	265
3.	Exceções	267
3.1.	Exceção de impedimento e suspeição	268
3.1.1.	Momento de Alegação	270
3.1.2.	Procedimento	270
3.2.	Exceção de incompetência (relativa)	272
3.2.1.	Prazo para apresentação	273
3.2.2.	Necessidade de indicação do juízo competente	274
3.2.3.	Suspensão do processo	274
3.2.4.	Contraditório	274
3.2.5.	Produção de prova oral	274
3.2.6.	Decisão da exceção de incompetência	275
3.2.7.	Recorribilidade da decisão proferida na exceção	275
3.2.8.	Fluxograma	276
4.	Reconvenção	277

Capítulo XII

Provas	279
1. Introdução	279
2. Princípios da prova	280
2.1. Contraditório e ampla defesa	280
2.2. Necessidade	282
2.3. Oralidade	282
2.4. Imediação	283
2.5. Aquisição processual da prova ou comunhão da prova	283
3. Classificação	284
4. Ônus da prova	285

4.1.	Distribuição do ônus da prova (Teorias estática, dinâmica e convencional)	286
4.1.1.	Teoria Estática do ônus da prova	286
4.1.2.	Teoria dinâmica do ônus da prova	287
4.1.2.1.	Momento de aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova	288
4.1.2.2.	Fundamentação da decisão	288
4.1.2.3.	Prova impossível ou excessivamente difícil	289
4.1.3.	Distribuição convencional do ônus da prova	289
4.2.	Casos específicos na jurisprudência do TST	290
4.2.1.	Equiparação salarial	290
4.2.2.	Recebimento da notificação	291
4.2.3.	Vínculo de emprego e término do contrato de trabalho	291
4.2.4.	Horas extraordinárias	292
4.2.4.1.	Registro de ponto por exceção	295
4.2.5.	Dispensa discriminatória de portador de doença grave ..	296
4.2.6.	Vale-transporte	297
4.2.7.	Diferenças no recolhimento do FGTS	297
4.2.8.	Grupo econômico	297
4.2.9.	Terceirização pela Administração Pública	298
5.	Prova emprestada	299
6.	Meios de prova	301
6.1.	Interrogatório e depoimento pessoal	301
6.1.1.	Confissão	304
6.2.	Prova testemunhal	306
6.2.1.	Generalidades	306
6.2.2.	Quem pode testemunhar?	307
6.2.3.	Número máximo de testemunhas	309
6.2.4.	Comparecimento das testemunhas em audiência	309
6.2.5.	Procedimento	311
6.2.6.	Multa aplicada à testemunha	313
6.2.7.	Instauração de incidente	314
6.3.	Prova documental	315
6.3.1.	Falsidade de documento	317
6.4.	Prova pericial	317

6.5. Inspeção judicial	322
7. Provas e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	322
8. Encerramento da instrução	324

Capítulo XIII

<i>Sentença e coisa julgada</i>	325
1. Pronunciamentos judiciais	325
1.1. Sentença	325
1.2. Decisão Interlocutória	326
1.3. Despacho	327
1.4. Acórdão	327
2. Requisitos da sentença	327
2.1. Fundamentação	329
3. Classificação	333
4. Princípio da congruência	334
5. Publicação e intimação	336
6. Julgamento Antecipado	337
6.1. Julgamento Antecipado Total	337
6.2. Julgamento Parcial do Mérito	338
7. Efeitos anexos da sentença	339
7.1. Hipoteca Judiciária	340
8. Coisa Julgada	341

Capítulo XIV

<i>Tutela provisória</i>	343
1. Tutela provisória	343
1.1. Distinção: Tutela de urgência e tutela de evidência	344
2. Tutelas de urgência	346
2.1. Requisitos para concessão	348
2.2. Formas de requerimento	349
2.2.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	350
2.2.1.1. Estabilização da tutela antecipada	350
2.2.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	351
3. Tutela de evidência	352
3.1. Requisitos para a concessão da tutela de evidência	352
4. Momento de concessão e meios de impugnação	353

Capítulo XV***Procedimento sumaríssimo e procedimento sumário 355***

1. Procedimento Sumaríssimo	355
1.1. Incidência	355
1.2. Petição inicial e prazo para apreciação	356
1.3. Audiência	356
1.4. Sentença	357
1.5. Recursos	358
1.5.1. Recurso ordinário	358
1.5.2. Recurso de revista	358
1.5.3. Embargos para a SDI (embargos de divergência)	359
2. Procedimento Sumário	359
3. Procedimento ordinário	360

Capítulo XVI***Recursos trabalhistas 361***

1. Teoria geral dos recursos	361
1.1. Meios de impugnação	361
1.2. Conceito de recurso	362
1.3. Classificação	363
1.3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso	363
1.3.2. Quanto à fundamentação	363
1.3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada	364
1.3.4. Quanto à independência	364
1.3.5. Resumo das classificações	367
1.4. Princípios recursais	368
1.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	368
1.4.2. Princípio da taxatividade (tipicidade)	368
1.4.3. Princípio da unirrecorribilidade (singularidade)	368
1.4.4. Princípio da consumação	369
1.4.5. Princípio da fungibilidade (convertibilidade)	369
1.4.6. Princípio da dialeticidade	371
1.4.7. Princípio da voluntariedade	372
1.4.8. Princípio da proibição da reformatio in pejus	373

1.4.9.	Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	373
1.4.10.	Princípio da primazia da decisão de mérito	374
1.5.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	376
1.5.1.	Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista	378
1.5.1.1.	Omissão no juízo de admissibilidade parcial	379
1.5.1.2.	Juízo de admissibilidade parcial quando o tema está pacificado em recurso de revista repetitivo, IRDR e assunção de competência	380
1.5.2.	Poderes do relator	381
1.6.	Pressupostos recursais	383
1.6.1.	Introdução	383
1.6.2.	Cabimento	385
1.6.3.	Legitimidade para recorrer	385
1.6.4.	Interesse em recorrer	386
1.6.5.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	386
1.6.5.1.	Aceitação da decisão	386
1.6.5.2.	Renúncia	386
1.6.5.3.	Desistência	387
1.6.6.	Tempestividade	388
1.6.6.1.	Intempestividade	390
1.6.7.	Representação	390
1.6.8.	Preparo	394
1.6.8.1.	Custas processuais	395
1.6.8.2.	Depósito recursal	399
1.6.8.2.1.	Generalidades	399
1.6.8.2.2.	Prazo para recolhimento e comprovação	400
1.6.8.2.3.	Depósito em conta vinculada ao juízo	400
1.6.8.2.4.	Correção monetária	401
1.6.8.2.5.	Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro-garantia judicial	401

1.6.8.2.6.	Valor do depósito recursal	403
1.6.8.2.7.	Redução do valor do depósito recursal pela metade	406
1.6.8.2.8.	Recursos que exigem o depósito recursal	407
1.6.8.2.9.	Diferença no recolhimento do depósito recursal	408
1.6.8.2.10.	Isenção do depósito recursal	408
1.6.9.	Regularidade formal	409
1.7.	Juntada de documentos	410
1.8.	Efeitos recursais	411
1.8.1.	Efeito obstativo	411
1.8.2.	Efeito devolutivo	411
1.8.3.	Efeito suspensivo	414
1.8.4.	Efeito translativo	415
1.8.5.	Efeito regressivo	415
1.8.6.	Efeito expansivo	415
1.8.7.	Efeito substitutivo	416
1.9.	Remessa Necessária	416
2.	Recursos em espécie	419
2.1.	Embargos de declaração	419
2.1.1.	Introdução	419
2.1.2.	Competência	419
2.1.3.	Prazo para interposição	420
2.1.4.	Hipóteses de cabimento	420
2.1.5.	Pronunciamentos recorríveis	422
2.1.6.	Embargos de declaração com efeito modificativo	423
2.1.7.	Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator	424
2.1.8.	Embargos de declaração protelatórios	425
2.1.9.	Embargos de declaração com efeitos prequestionató- rios	426
2.2.	Recurso ordinário	427
2.2.1.	Introdução	427
2.2.2.	Hipóteses de cabimento	427

2.2.3.	Juízo de retratação	428
2.2.4.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal	429
2.2.5.	Recurso ordinário no rito sumaríssimo	430
2.3.	Agravo de petição	431
2.3.1.	Agravo de petição no incidente de descon sideração da personalidade jurídica	433
2.4.	Recurso de revista	433
2.4.1.	Introdução	433
2.4.2.	Prazo	434
2.4.3.	Competência para julgamento	434
2.4.4.1.	Prequestionamento	436
2.4.4.2.	Transcendência	438
2.4.5.	Hipóteses de cabimento	439
2.4.5.1.	Divergência jurisprudencial	440
2.4.5.1.1.	Incidente de uniformização traba- lhista	443
2.4.5.1.1.1.	Direito intertemporal	445
2.4.5.2.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal .	446
2.4.6.	Rito sumaríssimo	447
2.4.7.	Fase de execução	447
2.4.8.	Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista	448
2.4.9.	Recurso de revista de causas repetitivas	448
2.4.9.1.	Introdução	448
2.4.9.2.	Requisitos	449
2.4.9.3.	Processamento	449
2.4.9.3.1.	Competência	449
2.4.9.3.2.	Proposta de afetação	449
2.4.9.3.3.	Decisão de afetação	450
2.4.9.3.4.	Suspensão de outros recursos	450
2.4.9.3.5.	Colheita de informações e parecer do Ministério Público do Traba- lho	451
2.4.9.3.6.	Julgamento	452

2.4.9.3.7.	Efeito do julgamento para os processos futuros	452
2.4.9.3.8.	Desistência da ação em curso no primeiro grau	453
2.4.9.4.	Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos	453
2.5.	Embargos no TST	454
2.5.1.	Introdução	454
2.5.2.	Embargos infringentes	454
2.5.3.	Embargos de divergência (embargos à SDI)	455
2.5.3.1.	Introdução	455
2.5.3.2.	Prazo	455
2.5.3.3.	Competência para julgamento	455
2.5.3.4.	Prequestionamento	456
2.5.3.5.	Hipóteses de cabimento	456
2.5.3.6.	Embargos de divergência de decisão proferida em agravo	457
2.5.3.7.	Embargos de divergência no rito sumaríssimo	458
2.5.3.8.	Embargos de divergência na fase executiva	459
2.5.3.9.	Antigo recurso de embargos de nulidade	459
2.6.	Agravo de instrumento	459
2.6.1.	Cabimento	459
2.6.2.	Prazo	462
2.6.3.	Competência	462
2.6.4.	Pressupostos recursais	462
2.6.4.1.	Formação do instrumento	463
2.6.5.	Juízo de retratação	464
2.7.	Agravo interno e regimental	465
2.7.1.	Decisão que denega seguimento ao recurso de revista .	466
2.7.2.	Multa no agravo interno	467
2.8.	Recurso extraordinário	469
2.8.1.	Recurso extraordinário repetitivo	471
3.	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	473
3.1.	Microsistema de julgamentos de causas repetitivas	473
3.2.	Natureza Jurídica	474

3.3.	Cabimento e requisitos	475
3.4.	Competência	476
3.5.	Legitimidade	476
3.5.1.	Desistência ou abandono	477
3.6.	Procedimento	477
3.7.	Meios de impugnação do julgamento do IRDR	479
4.	Incidente de Assunção de Competência	481
4.1.	Introdução	481
4.2.	Cabimento	481
4.3.	Competência	482
4.4.	Legitimidade	482
4.5.	Objetivos	482
4.6.	Requisitos	483
4.7.	Procedimento	483
4.8.	Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência	484
4.9.	Diferenças entre o IRDR e o incidente de assunção de competência	485
4.10.	Assunção de competência no TST	486
5.	Reclamação	488
5.1.	Introdução	488
5.2.	Natureza Jurídica	488
5.3.	Cabimento	489
5.4.	Legitimidade	489
5.5.	Procedimento	489
5.6.	Recursos da decisão da reclamação	490
6.	Reclamação correicional	491

Capítulo XVII

Liquidação de sentença	493
1. Introdução	493
2. Modificação, inovação e discussão quanto à parte principal	494
3. Modalidades de liquidação	494
3.1. Liquidação por cálculos	495
3.1.1. Procedimento	495
3.2. Liquidação por arbitramento	496

3.3. Liquidação por artigos	497
4. Juros e correção monetária	497
4.1. Modulação de efeitos	501
4.2. Condenação em face da Fazenda Pública	502
5. Impugnação da decisão de liquidação	503

Capítulo XVIII

<i>Execução trabalhista</i>	505
1. Introdução	505
2. Título executivo	506
2.1. Títulos judiciais	506
2.2. Títulos extrajudiciais	507
3. Execução provisória e definitiva	507
4. Competência	510
5. Legitimidade	510
5.1. Legitimidade ativa	510
5.1.1. Execução de ofício	511
5.2. Legitimidade passiva	511
6. Responsabilidade patrimonial	511
6.1. Responsabilidade do sucessor	514
6.2. Responsabilidade decorrente da terceirização	514
6.3. Responsabilidade do sócio	517
6.3.1. Desconsideração da personalidade jurídica	517
6.3.1.1. Esquema do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	521
6.3.2. Responsabilidade do sócio retirante (ex-sócio)	522
6.4. Responsabilidade da empresa integrante do Grupo Econômico ..	523
6.5. Responsabilidade do cônjuge	524
7. Fraude contra credores e fraude à execução	525
7.1. Fraude contra credores	525
7.2. Fraude à execução	525
7.2.1. Bens sujeitos a registro	528
7.3. Principais diferenças	529
8. Execução por quantia certa	529
8.1. Introdução	529
8.2. Citação	529

8.3.	Medidas executivas indiretas para cumprimento voluntário da sentença condenatória	530
8.3.1.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	532
8.3.2.	Protesto	533
8.3.3.	Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (SERASAJUD)	534
8.4.	Nomeação de bens	535
8.5.	Penhora	536
8.5.1.	Depositário	538
8.5.2.	Penhora em dinheiro	539
8.5.2.1.	Bloqueio de contas bancárias (penhora on-line)	540
8.5.2.2.	Seguro-garantia judicial e fiança bancária	541
8.5.2.3.	Requisitos para apólice do seguro-garantia judicial e da fiança bancária	542
8.5.3.	Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial	544
8.5.4.	Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta	545
8.5.5.	Bens impenhoráveis	545
8.5.5.1.	Impenhorabilidade da remuneração do executado	547
8.5.5.2.	Impenhorabilidade do bem de família	549
8.6.	Defesa na execução	551
8.6.1.	Embargos à execução	551
8.6.1.1.	Natureza Jurídica	551
8.6.1.2.	Prazo	551
8.6.1.3.	Competência	553
8.6.1.4.	Matérias passíveis de alegação (objeto)	553
8.6.1.5.	Efeito Suspensivo dos embargos	554
8.6.1.6.	Procedimento	555
8.6.2.	Exceção de pré-executividade	555
8.6.3.	Impugnação à decisão de liquidação	556
8.6.4.	Embargos de terceiros	556
8.6.4.1.	Generalidades	556
8.6.4.2.	Prazo	558
8.6.4.3.	Competência	558

8.7.	Prescrição intercorrente	559
8.8.	Expropriação de bens	560
8.8.1.	Adjudicação	561
8.8.2.	Arrematação	562
8.8.2.1.	Introdução	562
8.8.2.2.	Legitimidade	563
8.8.2.3.	Publicidade	564
8.8.2.4.	Lance	564
8.8.2.5.	Pagamento	565
8.8.2.6.	Pagamento parcelado	565
8.8.2.6.1.	Proposta de pagamento parcelado do bem arrematado pelo interes- sado	565
8.8.2.6.2.	Requerimento de pagamento par- celado do débito pelo executado	567
8.8.2.7.	Pagamento a maior ao exequente	568
8.8.3.	Meios de impugnação da expropriação	569
8.9.	Esquema da execução contra devedor solvente	570
8.10.	Remição da execução	571
8.11.	Execução de prestações sucessivas	572
9.	Execução de obrigação de fazer e de não fazer	572
9.1.	Título judicial	572
9.2.	Título extrajudicial	574
10.	Execução de contribuições previdenciárias	575
11.	Execução contra a massa falida	580
12.	Execução contra a fazenda pública	581
12.1.	Introdução	581
12.2.	Precatório	583
12.2.1.	Ordem preferencial	584
12.2.2.	Preterição e não inclusão no orçamento	586
12.3.	Requisição de pequeno valor	587

Capítulo XIX

Dissídio coletivo	589
1. Conceito	589
2. Classificação	590

3. Poder normativo	591
3.1. Limites	591
3.1.1. Limite mínimo	592
3.1.2. Limite máximo	592
4. Competência	592
4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público	593
5. Legitimidade	594
6. Pressupostos processuais específicos	595
6.1. Negociação prévia	595
6.2. Autorização em assembleia	595
6.3. Comum acordo	596
6.4. Época própria para ajuizamento	597
6.5. Fundamentação das cláusulas reivindicadas	597
6.6. Cumprimento do estatuto do sindicato	597
7. Procedimento	598
8. Sentença normativa	599
8.1. Conceito e natureza jurídica	599
8.2. Início da vigência	599
8.3. Prazo de vigência	600
8.4. Extensão	600
9. Coisa julgada	601
10. Recursos	602
10.1. Efeito suspensivo	602
11. Dissídio revisional	603
12. Dissídio coletivo na administração pública	603
13. Ação de cumprimento	604
13.1. Natureza jurídica	604
13.2. Cabimento	605
13.3. Competência	605
13.4. Legitimidade	605
13.5. Momento do ajuizamento	605
13.6. Prescrição	606
13.7. Objeto	606
13.8. Coisa julgada	606

Capítulo XX

Procedimentos especiais	609
1. Inquérito para apuração de falta grave	609
1.1. Cabimento	609
1.2. Prazo para propositura	610
1.3. Procedimento	611
1.4. Efeitos da sentença	611
2. Ação Civil Pública	612
2.1. Introdução	612
2.2. Cabimento	612
2.3. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	613
2.4. Competência	615
2.5. Legitimidade	616
2.6. Litisconsórcio	619
2.7. Objeto	619
2.8. Tutelas de urgência	620
2.9. Prescrição	621
2.10. Litispêndência	622
2.11. Instrução	623
2.12. Sentença	624
2.13. Coisa julgada	624
2.13.1. Interesses ou direitos difusos e coletivos	625
2.13.2. Interesses ou direitos individuais homogêneos	627
2.13.3. Esquema	629
2.14. Despesas processuais e honorários advocatícios	629
3. Ação rescisória	629
3.1. Introdução	629
3.2. Competência	630
3.3. Legitimidade	633
3.4. Pressuposto da ação rescisória	634
3.4.1. Trânsito em julgado	634
3.4.2. Decisão de mérito ou decisão que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente	635
3.5. Prazo para ajuizamento	638

3.5.1.	Recurso parcial	639
3.5.2.	Acordo homologado judicialmente	640
3.6.	Hipóteses de cabimento	641
3.6.1.	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	643
3.6.2.	Impedimento do juiz ou incompetência absoluta do juízo	644
3.6.3.	Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei	644
3.6.4.	Ofensa à coisa julgada	646
3.6.5.	Violação manifesta de norma jurídica	647
3.6.6.	Prova falsa	650
3.6.7.	Obtenção de prova nova	651
3.6.8.	Erro de fato	652
3.7.	Juízo rescindendo e juízo rescisório	653
3.8.	Valor da causa	654
3.9.	Depósito prévio	654
3.10.	Procedimento	655
3.11.	Honorários advocatícios	656
3.12.	Recurso	656
3.13.	Ação rescisória de ação rescisória	657
4.	Mandado de segurança	657
4.1.	Conceito	657
4.2.	Legitimidade	658
4.2.1.	Legitimidade ativa	658
4.2.2.	Legitimidade passiva	658
4.3.	Competência	659
4.4.	Modalidades	660
4.5.	Cabimento	660
4.6.	Ato ilegal ou abuso de poder	661
4.7.	Direito líquido e certo	661
4.8.	Prazo para impetração	663
4.9.	Petição inicial	664
4.10.	Despacho da petição inicial	665
4.11.	Informações da autoridade coatora	665
4.12.	Parecer do Ministério Público	666

4.13. Defesa oral	666
4.14. <i>Jus postulandi</i>	666
4.15. Honorários advocatícios	666
4.16. Recurso	666
4.17. Reexame necessário	667
4.18. Mandado de segurança coletivo	667
5. Consignação em Pagamento	668
5.1. Cabimento	668
5.2. Objeto	669
5.3. Competência	669
5.4. Legitimidade	669
5.5. Procedimento	670
6. Ação monitória	671
6.1. Conceito	671
6.2. Aplicação ao processo do trabalho	672
6.3. Procedimento	672

Capítulo XXI

<i>Informatização do processo judicial</i>	675
1. Introdução	675
2. Sistema de peticionamento eletrônico	677
3. Processo judicial eletrônico	678
3.1. Introdução	678
3.2. Assinatura digital	679
3.3. Usuários	681
3.3.1. Responsabilidade do usuário	683
3.3.2. Uso inadequado do sistema	683
3.4. Disponibilidade e indisponibilidade do sistema	684
3.5. Recebimento de arquivos	686
3.6. Documentos	687
3.6.1. Prazo de preservação dos originais dos documentos digitalizados	688
3.7. Consulta	688
3.7.1. Segredo de Justiça e do Sigilo	689
3.8. Atos processuais	690
3.8.1. Intimação, citação ou notificação	690

3.8.2.	Prazos processuais	691
3.8.2.1.	Data da intimação e contagem dos prazos processuais	692
3.8.2.2.	Suspensão	693
3.8.3.	Juntada de petições	693
3.8.3.1.	Petição inicial	694
3.8.3.2.	Resposta do réu	695
3.8.4.	Audiência	696
3.8.5.	Carta precatória	696
3.8.6.	Autos suplementares no segundo grau	697
3.9.	Administração do sistema	697
3.9.1.	Comitê gestor nacional do PJe (CGNPJe) instalado na Justiça do Trabalho	697
3.9.1.1.	Coordenação Nacional Executiva do PJe (CNEPJe)	698
3.9.2.	Comitês gestores regionais (CGRPJe)	699
3.9.3.	Administrador do sistema	701
3.9.4.	Equipe de teste	702
Bibliografia		703